

Juiz ironiza encontro

LETÍCIA PIMENTA

O juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Siro Darlan, disse ontem que a presença de artistas da TV Globo anteontem, em Brasília, entre eles Tony Ramos e Vera Fischer, para discutir o voto à participação de menores de 18 anos na novela *Laços de família* com o presidente Fernando Henrique Cardoso, não altera em nada a ação da Justiça.

“A Vera Fischer foi alegrar o presidente. Ela dá ibope”, disse Siro Darlan. Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Justiça, José Gregori, almoçaram com os artistas e diretores da emissora na casa do diretor-executivo da TV Globo em Brasília, Antônio Drummond.

Siro Darlan, que também esteve anteontem na capital federal participando

da reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, discordou da opinião de Gregori, que afirmou não ter havido diálogo quanto a decisão de suspender a participação de crianças da novela *Laços de família*. “Sempre fui tolerante com a emissora e alguns promotores chegaram a levantar suspeita de favorecimento por causa disso”, afirmou.

O juiz ressaltou que os 107 autos de infração – parte deles pela falta de alvará permitindo o trabalho infantil e de adolescentes e incompatibilidade com a classificação etária – encaminhados à TV Globo nos últimos dois anos são uma prova de sua tolerância. “Foram tantas reincidências que chegou um momento em que eu precisava fazer alguma coisa”, afirmou.

Siro Darlan lembrou que desde 1995 o Ministério Público vem pedindo o fechamento da emissora por quinze dias, baseado no artigo 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê multa de três a vinte salários mínimos ou o fechamento do estabelecimento.

“Acho até que esta sanção seria danova para o país, pois o público tem direito à informação”, pondera Siro Darlan.

No Ministério Público, porém, a afirmação do juiz não é confirmada. “Nenhuma ação proposta pelo MP contra a TV Globo tem como objetivo o fechamento da emissora e sim exigir a autorização mediante alvará para a participação de crianças e a adequação das novelas ao horário indicado pelo Ministério da Justiça”, disse Elba Boechat, da Assessoria de Imprensa do Ministério Público.